

EDIÇÃO ESPECIAL
MAIO/2020

BOLETIM DO ECONOMISTA

ECONOMIA EM TEMPOS DE CRISE

BOLETIM DO ECONOMISTA

ECONOMIA EM TEMPOS DE CRISE

FORTALEZA-CE
2020

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL

Allison David Oliveira Martins
Henrique Jorge Medeiros Marinho
Ricardo Eleutério Rocha
Silvana Maria Parente Neiva Santos

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Trimestral

IDIOMAS

Só serão aceitos artigos escritos em português.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 10 do último mês da edição em formato arial 12, contendo no mínimo 5000 e no máximo 15 mil caracteres.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Vanêssa de Sousa Madeira

AUTOR CORPORATIVO

Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE
Avenida Antônio Sales 1317 - SALA 102
CEP: 60135-101
Joaquim Távora - Fortaleza - CE

PRESIDENTE: Ricardo Aquino Coimbra | **VICE-PRESIDENTE:** Silvana Maria Parente Neiva Santos | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Alci Porto Gurgel Junior, Allisson David de Oliveira Martins, Fábio Castelo Branco Ponte de Araújo, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior, Ricardo Aquino Coimbra, Silvana Maria Parente Neiva Santos, Vicente Ferrer Augusto Gonçalves e Zaira Caldas Oliveira. | **CONSELHEIROS SUPLENTE:** Álvaro Martins de Carvalho Filho, Anderson Passos Bezerra, Darla Viviane Cavalcante Lopes Saraiva, Desirée Custódio Mota, Heloísa de Aquino Câmara e Ricardo Eleutério Rocha. | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Edilson Azim Sarriune.

SUMÁRIO

Apresentação	05
Reflexões sobre a economia pós crise	07
Crise desnuda desigualdades no Brasil	09
Os Limites do Banco Central do Brasil no enfrentamento da crise do COVID-19	11
Vírus na política monetária?	15
O impacto de medidas de apoio às micro e pequenas empresas na crise do Covid-19	17
Mercado de Crédito no Ceará: Volume e Inadimplência recorde	19

APRESENTAÇÃO

Esta edição especial do Boletim do Economista – CORECON CE tem como tema central a crise econômica provocada pela terrível pandemia do coronavírus. A pandemia fez parar as economias de todo o mundo. Países, ricos e pobres, tiveram que adotar medidas de isolamento social, freando gastos de consumo e investimentos.

Bancos centrais de todo o mundo tiveram que intervir na economia para garantir liquidez e crédito para irrigar a economia. Formuladores de política econômica, sejam de direita ou esquerda, foram forçados a abandonar os manuais de economia e visões ortodoxas para adotar medidas rápidas e práticas para salvar empresas, empregos e vidas.

O CORECON CE desde a terceira semana de março trabalha em regime de *home office* para cumprir suas funções básicas, e iniciou um conjunto de ações para mobilizar os economistas, em quarentena, a contribuir com a sociedade nesse momento de crise.

São as seguintes as medidas que adotamos nesta fase aguda da crise:

I) Produção de vídeos curtos por economistas voluntários que queiram manifestar-se sobre a crise, emitir análises e opiniões sobre a crise, os quais estão sendo postados no nosso instagram;

II) Programação de lives sob o tema Economia em Tempos de Crise que ocorrem todas terças e quintas às 18 horas com a presença de conselheiros, economistas, professores e autoridades sobre impactos e medidas adotadas pelos governos, onde são aprofundados e debatidos temas específicos com internautas;

III) Abertura de email do CORECON para responder dúvidas de empresas e pessoas sobre as medidas econômicas, seus beneficiários e seus efeitos.

IV) Elaboração de artigos pelos conselheiros e demais economistas sobre a crise e as medidas econômicas, bem como participação em debates pautados pela mídia.

V) Edição deste Boletim Especial

Esta edição especial traz artigos sobre a crise em geral, sobre papel dos bancos centrais e da política monetária, as medidas para salvar as micro e pequenas empresas, a questão do crédito e as desigualdades reveladas pela elevada informalidade no mercado de trabalho.

São os seguintes os artigos apresentados:

- Reflexões sobre a economia pós crise – Lauro Chaves Neto
- Crise desnuda desigualdades no Brasil – Silvana Parente
- Os Limites do Banco Central no enfrentamento da crise do COVID 19 – Henrique Marinho
- Virus na política monetária? - Ricardo Eleutério Rocha
- Impacto e medidas de apoio às micro e pequenas empresas na crise do COVID 19 – Alci Porto
- Mercado de Crédito no Ceará: Volume e Inadimplência recorde – Allisson Martins

Agradecemos a todos os economistas que contribuíram de forma voluntária para qualificar esse debate. Boa leitura!

Ricardo Coimbra
Presidente

Silvana Parente
Vice-presidente e Coordenadora da Comissão Editorial



LAURO CHAVES NETO

Professor da UECE, Conselheiro Federal de Economia, Assessor Econômico da FIEC e PHD em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona.

Reflexões sobre a economia pós crise

A Economia Global caminha para uma depressão em decorrência dos impactos sociais e econômicos da combinação da pandemia com a desaceleração econômica, que tendem a ser dramáticos para a sociedade, e as suas consequências vão nos afetar por meses, provavelmente, anos. Além de ser uma crise na saúde pública, a pandemia já infectou, simultaneamente, a economia.

Yuval Noah Harari afirma que “Embora uma quarentena temporária seja essencial para deter epidemias, o isolacionismo prolongado conduzirá ao colapso econômico sem oferecer nenhuma proteção real contra doenças infecciosas. Muito antes pelo contrário; o verdadeiro antídoto para epidemias não é a segregação, mas a cooperação”.

Enquanto nunca puderam descobrir a causa da peste negra, os cientistas, hoje, levaram apenas duas semanas para identificar o novo coronavírus, sequenciar seu genoma e desenvolver um teste confiável para detectar pessoas infectadas. Atualmente, pesquisadores cooperam internacionalmente e já conseguem diagnosticar tanto o mecanismo por trás das epidemias, quanto os modos de combatê-las.

O isolamento social virou a chave do trabalho remoto, obrigando as pessoas a uma convivência intensa que pode ser tranquilizadora e agradável para uns, ou violenta e insuportável para outros. A sociedade pós-industrial havia separado o local de vida do de trabalho, destinando um tempo maior

para este último e deixando uma parte, relativamente pequena, para a família, os amigos e os cuidados com a própria saúde.

“A Peste” (1947) de Albert Camus, ajuda a se fazer uma reflexão a respeito de epidemias, pois, naquele romance, a ciência tinha um lugar de destaque, através do médico Riuex, que tentava, persistentemente, socorrer os contagiados, enquanto “o cheiro da morte emburrecia a todos os que não matava”. O espaço nas cidades vazias parece ter-se dilatado, enquanto nas residências se tornado escasso. A internet permite tanto os encontros virtuais, quanto a propagação de fake News.

Não existe saúde sem economia e nem economia sem saúde, são duas faces da mesma moeda, sempre sabendo que haverá uma árdua reconstrução, pós-crise, em, não só uma nova economia, como principalmente um mundo diferente!



SILVANA MARIA PARENTE NEIVA SANTOS

Doutora em Economia, Vice-presidente do CORECON-CE, ex-secretária de Planejamento e Gestão do Ceará.

Crise desnuda desigualdades no Brasil

A pandemia do coronavírus obrigou países inteiros, ricos e pobres, a parar. Primeiro, para conter a contaminação vertiginosa da população, todos os países, sem exceção, adotaram medidas de isolamento social, em menor ou maior grau. Segundo, para reestruturar seus sistemas de saúde, sejam públicos ou privados, exigindo um grande e rápido esforço do poder público para assegurar o suprimento de infraestrutura, medicamentos, equipamentos de proteção e profissionais de saúde, como se fosse um verdadeiro campo de guerra para combater à pandemia.

No Brasil a crise escancara de forma nua e cruel a enorme desigualdade social não reconhecida como prioridade da política econômica atual e ignorada de forma velada pelas elites, o que deixou a equipe econômica atônita e tendo que repensar o seu tradicional receituário neoliberal.

A ideologia de que o mercado tem soluções para tudo ruiu mais uma vez, exigindo do Governo Brasileiro e de todos os outros países intervir fortemente na economia de forma sistêmica, desta feita, com o olhar também para os desempregados e trabalhadores informais até então invisíveis ou vistos de forma residual pelos formuladores da política econômica. Pelo contrário, nos anos anteriores à pandemia, as reformas trabalhista e previdenciária reduziram direitos e renda da classe trabalhadora. O desemprego em 2019 estava em 11,9%, com 11,6 milhões de desempregados. O total de trabalhadores informais atingiu record com 38,4 milhões de brasileiros, o que representa 41,4% da população ocupada (PNAD-IBGE). No

Ceará, a taxa de desemprego em 2019 era de 11% enquanto a taxa de informalidade atingiu 54,9% nas categorias de empregados sem carteira assinada, empregadores sem cnpj e trabalhadores por conta própria.

A crise atinge em cheio o sistema financeiro, pela volatilidade dos mercados, obrigando os bancos centrais de todo o mundo a injetar liquidez e assegurar que o crédito chegue ao setor produtivo. Atinge em cheio as empresas de todos os tamanhos pela redução e ou suspensão da produção diante do isolamento social e queda brusca do consumo. Conseqüentemente, a corda quebra justo nos mais fracos, os trabalhadores, que enfrentam o fantasma da demissão e ou redução de jornada e salário. Trabalhadores informais perdem seu meio de vida de imediato e os desempregados se somam a outros tantos que estão por vir.

Economistas estimam uma profunda recessão em 2020 com queda do PIB entre 5 a 8%. A FGV –IBRE estima que o desemprego chegue a 18% este ano. Daí a necessidade de uma mudança completa na visão fiscalista da equipe econômica que parece não aceitar essa realidade e assumir sua responsabilidade. Nesse momento de crise aguda, os economistas são unânimes em afirmar e exigir dos governos, sejam de direita ou de esquerda, que o Governo deve gastar e gastar para salvar empresas, empregos e pessoas.

Ficar nesse momento de crise aguda preocupado com teto de gasto, ajuste fiscal, reforma administrativa é ficar de máscara furada no meio da pandemia. O Governo deve implementar de imediato as medidas de manutenção dos empregos, proteger trabalhadores demitidos e com salários reduzidos, proteger desempregados e trabalhadores informais. Daí a importância da Renda Mínima Emergencial já aprovada (Lei 13892) e sua extensão para outras categorias de trabalhadores e das medidas de proteção ao trabalhador (MP 936), a qual precisa ser ajustada para não permitir a redução da massa salarial, em especial da renda dos trabalhadores da base da pirâmide. Segundo a FGV, mesmo com essas medidas implementadas a massa de rendimentos cairá 5,2% e caso não fossem implementadas essa queda chegaria a 10,3% no ano. Da mesma forma, o ganho dos trabalhadores ocupados deverá cair 14,4%.

O coronavírus coloca o Brasil diante de uma dura e cruel realidade, que obriga o Estado a cumprir sua responsabilidade constitucional tanto na redução da pobreza e das desigualdades quanto na garantia de vida da população. Não se tem o que celebrar neste dia 01 de maio de 2020.



HENRIQUE MARINHO

Economista e Consultor Econômico. Atuou como Servidor do Banco Central, Prof. da UNIFOR e Presidente do CORECON por três mandatos.

Os Limites do Banco Central do Brasil no enfrentamento da crise do COVID-19

1. Considerações preliminares

Verifica-se, em épocas de crise econômica, uma compreensão falaciosa de que os Bancos Centrais agem para beneficiar as instituições financeiras, como se houvesse um conluio entre os mesmos, pensamento existente também na sociedade brasileira, inclusive entre muitos economistas. Crises são situações atípicas que exigem soluções urgentes.

O papel principal dos Bancos Centrais é o de promover a estabilidade de preços, a solidez do sistema financeiro e, para alguns, a estabilidade do emprego, como é o caso do Federal Reserve, o Banco Central americano. No caso específico do Brasil, o Banco Central tem a Missão de "*Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente*".

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório de Estabilidade Financeira Global, divulgado em 14 de abril deste ano, os Bancos Centrais têm sido a primeira linha de defesa contra a pandemia no mundo. Até o momento, programas de expansão anunciados pelas autoridades, que incluem linhas emergenciais e compras de ativos, já ultrapassam US\$ 6 trilhões, contribuindo para preservar a estabilidade do sistema financeiro e dar suporte à economia global, aponta a entidade. Acrescente-se a esse valor, US\$ 8 trilhões de medidas fiscais para combater os efeitos da pandemia. É uma verdadeira guerra para salvar as principais economias do mundo de uma brutal recessão que está prevista pelo FMI para 2020.

Os Bancos Centrais das economias avançadas reduziram suas taxas de

juros para níveis mínimos, o mesmo acontecendo com mais da metade dos países emergentes. O FMI destaca ainda a liquidez adicional ao sistema financeiro providenciada pelas autoridades. Como resposta às pressões nos mercados, vários bancos centrais, incluindo o Federal Reserve (FED), o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco do Japão (BoJ) relançaram linhas emergenciais, criaram novas facilidades e expandiram os programas existentes para dar suporte às emissões e à liquidez aos mercados de dívida corporativa e títulos comerciais.

Para o FMI, os riscos de uma recessão global severa aumentaram muito após a pandemia. Na medida em que as empresas sejam afetadas pela recessão, as taxas de defaults podem subir e o mercado de crédito enfrentar um colapso súbito.

1. As ações do Banco Central no enfrentamento da crise

Considerando a crise global das economias, o Brasil não poderia passar imune à bancarrota econômica provocada pelas medidas de isolamento social e necessidade de

paralisação temporária das atividades econômicas em diversos setores durante o período de quarentena, especialmente no comércio e na indústria, exceto as consideradas essenciais, o que tem provocado uma demanda por medidas sociais para ajudar os mais vulneráveis, como os desempregados, os trabalhadores informais e os desassistidos, assim como para as empresas que tiveram suas receitas abaladas, mas precisando cumprir com suas obrigações com salários, fornecedores, bancos e etc.

Na esfera do Banco Central do Brasil, as ações implementadas estão diretamente ligadas à estabilidade do mercado de crédito, tendo em vista a possibilidade da crise se disseminar para o mercado financeiro. Um dos principais objetivos do Banco Central em momentos de crise é manter a funcionalidade dos mercados e, com isso, apoiar o funcionamento da economia real.

Cabe ao Banco Central garantir o funcionamento dos mercados financeiros, pois quando esses mercados não funcionam de forma adequada a economia é fortemente impactada e as crises elevam os riscos de crédito, risco de mercado e risco de solvência, porque as Instituições Financeiras são meras repassadoras de recursos dos agentes superavitários (os poupadores) para os deficitários, que necessitam de financiamentos para suas atividades econômicas de investimentos, capital de giro, entre outros. A inadimplência contaminará todo sistema financeiro, quebrando a cadeia de estabilidade pelo canal de transmissão da crise, conforme cadeia a seguir ilustrado:

Poupadores --> Instituições Financeiras --> Créditos --> Pagamentos dos empréstimos e financiamentos --> Rendimentos aos poupadores.

Os riscos de crédito são conhecidos por serem os mais comuns, já que essa alternativa está ligada à possibilidade de alguém não conseguir cumprir com os compromissos financeiros assumidos, gerando um risco de liquidez para os investidores que representa a facilidade ou dificuldade de resgatar o dinheiro que foi investido, sem que ele perca o seu valor. É medido pela incapacidade de pagamento, o que poderá gerar um risco sistêmico do Sistema Financeiro. Para reduzir esse risco de transmissão, o Banco Central precisa adotar diversos requerimentos prudenciais, dentro das normas *do Comitê da Basileia para Supervisão Bancária*, como adequação de capital, processos de gerenciamento de riscos, limites de exposição à concentração da carteira de crédito, entre outros

Só para ilustrar, o saldo das operações de crédito do SFN totalizou R\$3,5 trilhões (47,8% do PIB) em fevereiro, dos quais a carteira de pessoas jurídicas atingiu um saldo de R\$1,4 trilhão e de pessoas físicas R\$2 trilhões. Os riscos de transmissão da crise por inadimplência podem levar o mercado financeiro à solvência. Se a intermediação financeira não funciona bem, a crise pode gerar problemas de liquidez e até ao colapso do Sistema Financeiro. A intervenção do Banco Central não é para proteger os bancos mas proteger a economia de uma crise maior.

Dessa forma, para diminuir o impacto dos efeitos da pandemia causada pelo novo Coronavírus sobre a economia brasileira, o Banco Central vem adotando uma série de medidas fundamentais para promover o bom funcionamento do mercado, sem abrir mão da solidez e da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Para isso, o Banco Central anunciou várias medidas para assegurar bom nível de liquidez para o SFN e para fazer fluir o canal de crédito. A ideia é que os bancos tenham recursos prontamente disponíveis em volume suficiente para emprestar e para refinarar dívidas das pessoas e empresas mais afetadas pela crise.

As principais medidas de ampliação de liquidez foram a redução dos compulsórios, empréstimos com lastros em Letras Financeiras garantidas, empréstimos com lastro em Debêntures, financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas, entre outras. Ao todo, as medidas anunciadas têm o potencial de ampliar a liquidez do sistema financeiro em R\$1.217 bi, equivalentes a 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao mesmo tempo a atuação do mercado de câmbio tem sido fundamental para manter a estabilidade envolvendo operações de leilões de swap cambial, de linha e de spot. O Banco central continuará utilizando todos os instrumentos à sua disposição para manter a funcionalidade do mercado cambial. O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), para ampliar a oferta potencial de dólares no mercado doméstico.

Estão sendo implementadas ações coordenadas entre o Banco Central e o

Tesouro Nacional ao mercado de títulos públicos. Um exemplo dessa coordenação é a realização, pelo Banco Central, de operações compromissadas de prazo mais longo, com lastro em títulos públicos federais, o que retira uma parte do risco do mercado.

2. Os limites do Banco Central para o enfrentamento da crise

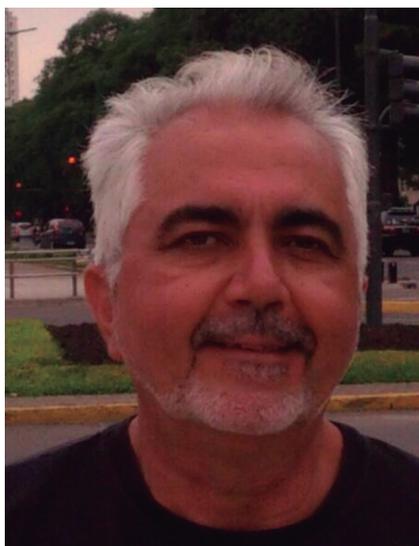
Os principais limites de atuação do Banco Central do Brasil estão definidos, em parte, na sua missão de estabilidade de preços imposta pelo regime de Metas para Inflação em que o mesmo precisa adequar a taxa Selic à Meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O COPOM define a taxa a cada 45 dias e o Banco Central precisa realizar suas operações compromissadas, vendendo ou comprando títulos públicos em sua carteira para direcionar a taxa de mercado diário à Selic. Essa não adequação pode gerar inflação ou deflação.

No Art 164 da CF, em seu parágrafo 1º determina que é vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira, podendo apenas comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. Essa é uma norma importante para desvincular a política monetária da política fiscal

Recentemente, o Congresso aprovou a Proposta de Emenda Complementar conhecida como "Orçamento de Guerra" destinado exclusivamente a ações de combate à epidemia do novo Coronavírus, período em que o Governo não precisará cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta autoriza o Banco Central, durante o estado de calamidade pública, a comprar e a vender títulos públicos nos mercados secundários local e internacional, e ações privadas de empresas, apenas no local.

A possibilidade criada pela proposta permitirá, segundo o BC, a injeção de recursos em empresas que enfrentam dificuldades financeiras durante a crise, uma vez que o BC poderá comprar títulos das empresas e emprestar esses ativos a elas sem passar pelo sistema bancário. São operações que os principais bancos centrais do mundo realizam em tempos de crise e são conhecidas como "*quantitative easing*".

Por fim, podemos citar como limite de atuação do Banco Central do Brasil a situação da falta de autonomia legal para sua atuação, sem sofrer imposições ou interferências do poder executivo, mas esse assunto é para outra discussão.



RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA

Economista, Professor da Universidade de Fortaleza e Conselheiro do Corecon-Ce.

Vírus na política monetária?

A macroeconomia aponta que o crescimento econômico vem acompanhado de alguma pressão inflacionária enquanto a recessão está casada com deflação. A experiência histórica, subvertendo a teoria econômica, também revelou o fenômeno da estagflação, a combinação perversa de inflação com recessão.

A política monetária ortodoxa, de I. Fisher a M. Friedman, tendo por base a teoria quantitativa da moeda, preconiza contração monetária para os períodos de crescimento acompanhado de inflação e expansão monetária para os momentos de recessão com deflação. O controle dos agregados monetários, portanto, é o principal instrumento para alcançar a estabilidade monetária. Nesse contexto, o Banco Central ao fixar a quantidade de moeda deixa para o mercado a definição da taxa de juros.

Com o advento do regime de metas para a inflação, com origem na Nova Zelândia no final dos anos 1980, e implementado no Brasil em 1999, o Banco Central passa a fixar a taxa de juros cabendo ao mercado definir o nível de liquidez.

Vale salientar que nesses tempos de pandemia uma proposta de política monetária heterodoxa vem ganhando relevo no Brasil. Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda, e, pasmem, Paulo Guedes, o liberal ministro da Economia, apontam a emissão monetária como uma alternativa não inflacionária para o financiamento dos gastos públicos. A proposta equivale a abandonar o bem-sucedido regime brasileiro de metas para a inflação.

Com efeito, a experiência internacional a partir da crise de 2008, mostrou que a reação dos Bancos Centrais, notadamente o europeu e o norte-americano, de injeções espetaculares de moeda na economia, denominadas de *Quantitative Easing* (QE), não fez a inflação explodir. Nos últimos 40 anos, cabe destacar, as taxas de juros nas economias desenvolvidas desabaram de uma média de 4% ao ano para um patamar próximo de zero.

A novidade mais recente na política monetária, sem precedentes na história econômica, é a prática de juros nominais negativos nas economias maduras. Portanto, temos assistido nas últimas décadas mudanças extremamente significativas na condução da política monetária.

De volta ao Brasil, é bom lembrar que a reconquista da estabilidade monetária a partir do Plano Real, em 1994, foi um processo difícil. Há 26 anos a economia brasileira operava com uma taxa de inflação de inacreditáveis quatro dígitos. O país se situava entre aqueles que operavam com hiperinflação. A experiência econômica recente mostra que imprimir divisas, moeda forte, ou seja, dólar e euro, não produziu inflação. A história econômica brasileira, por outro lado, revela que imprimir moeda nacional é o mesmo que imprimir papel colorido, sem valor.



ALCI PORTO GURGEL JÚNIOR

Diretor Técnico do Sebrae/Ce
Conselheiro do CORECON

O impacto de medidas de apoio às micro e pequenas empresas na crise do Covid-19

Há um entendimento mundial da importância dos pequenos negócios na vida econômica e social das Nações, independente do seu grau de riqueza ou estágio de desenvolvimento.

Segundo dados do Sebrae- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Brasil já possui (ref.Março 2020) 17,2 Milhões de Micro empreendedores individuais e Micro e pequenas empresas registradas no Simples Nacional, o que nos coloca entre os países mais empreendedores do mundo. Esse total de empresas corresponde a 99% de todas as empresas do País, empregando 52% dos trabalhadores formais e já respondem por 30% do PIB Nacional.

Os dados acima se refletem na economia dos Estados, com suas variações, porém com forte impacto nas economias regionais cuja participação deste público se dá em 100% em mais de 90% dos municípios brasileiros. Este fato demonstra a importância desse segmento na distribuição da riqueza, ocupação da mão de obra menos qualificada e o atendimento da maioria das necessidades da população. Portanto, os pequenos negócios representam o principal vetor de desenvolvimento econômico com real distribuição de renda e justiça social.

A Covid- 19 traz a mais cruel ambiência que estes empreendedores poderiam enfrentar. O baixo índice de acesso à Tecnologia e Inovação, as barreiras intransponíveis do modelo de acesso ao crédito no Brasil, e a ausência de uma política governamental efetiva de melhoria do ambiente de sobrevivência dos pequenos negócios, gerando dificuldades no limite da existência destes empreendedores.

Pesquisa recente do Sebrae (Março 2020) mostra que 87% deste público teve queda no faturamento, 58,9% interromperam o funcionamento temporariamente, 31% se adaptaram ao novo modo de funcionamento e 3,5% decidiram encerrar suas atividades em definitivo. O impacto de tudo isso vai depender das ações necessárias a preservar estas empresas e aos milhões de empregos que geram.

A mesma pesquisa mostra que 54,9% tem intenção de acessar alguma linha de crédito para capital de giro. No Brasil, são cerca de 9,4 milhões. No Ceará esta intenção se aproxima a 235 mil interessados em acessar crédito para sua sobrevivência.

A questão que fica é o despreparo do nosso concentrado Sistema Brasileiro de Crédito para atender, em condições apropriadas, este número de negócios que correm o risco, se não atendidos, de gerar uma crise de proporções inimagináveis na economia em âmbito regional.

O que fazer, então?

Coube ao Sebrae um grande movimento de transformação digital implantado em poucos dias, voltado a prestar atendimento, informação, orientação e consultoria, a estes milhões de empreendedores. Aqui no Ceará, em 30 dias, atendemos com informação e orientação mais de 30.000 empreendedores através das redes sociais e demais canais a distância, e neste esforço estamos implementando a cultura digital nesse ambiente de negócio.

Entretanto, para nos aproximarmos das soluções necessárias a esta transição, fez-se necessário um grande movimento da sociedade em defesa das medidas que reduzam os riscos que se apresentam a estes empreendedores. Garantir que haja crédito rápido e diferenciado, somado a um esforço de fazer chegar o conhecimento e os instrumentos para esta nova economia que se apresenta, além do necessário engajamento da população numa campanha já iniciada pelo Sistema Sebrae e diversas Instituições do "Compre do Pequeno".

A economia de proximidade, com forte teor solidário, trará a possibilidade de comprar no próprio bairro, com qualidade e presteza, tendo a garantia dos empregos e da renda que circula localmente.

Para uma calamidade de tal monta não existem remédios capazes de neutralizar os efeitos nefastos de uma pandemia como esta. Mas certamente, com o reconhecimento de ser este um segmento fundamental ao desenvolvimento do País, e sua sobrevivência gera grandes possibilidades de retomada do emprego e da renda pós-crise, está na hora do Brasil dar as mãos aos Pequenos Negócios num forte grito de sobrevivência.

Confiamos que, com a efetiva implementação destas políticas teremos uma retomada das atividades econômicas de forma sustentável e democrática ao futuro do nosso Brasil.



ALLISSON MARTINS

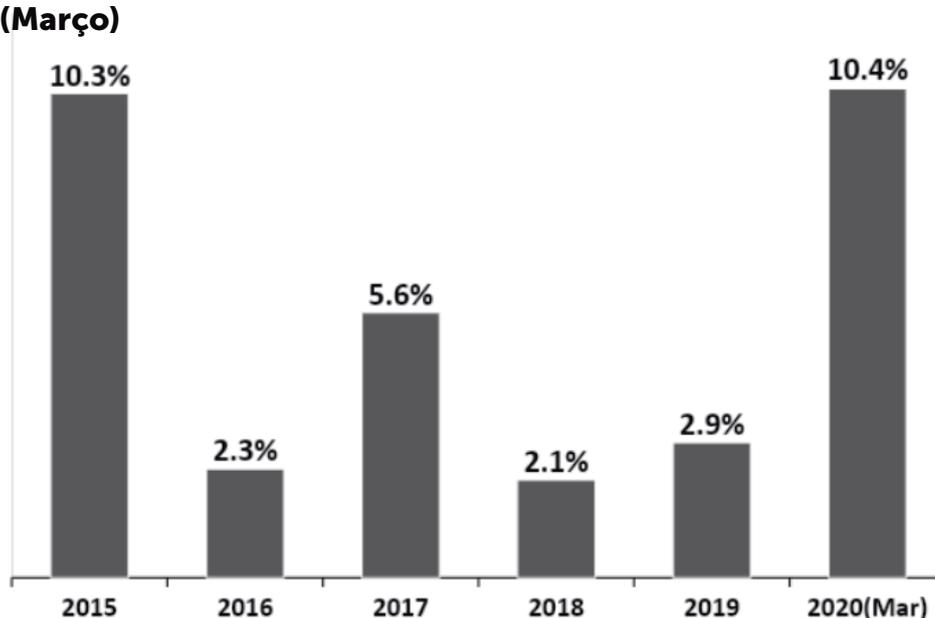
Economista, Professor e Coordenador do Curso de Economia da Unifor. Conselheiro titular e Ex-Presidente do Conselho Regional de Economia.

Mercado de Crédito no Ceará: Volume e Inadimplência recorde

O volume de crédito no Ceará, medido pelo saldo das operações de empréstimos e financiamentos das Instituições Financeiras, registrou R\$ 78,3 bilhões em março de 2020, o que representa valor monetário recorde do Sistema Financeiro no Ceará.

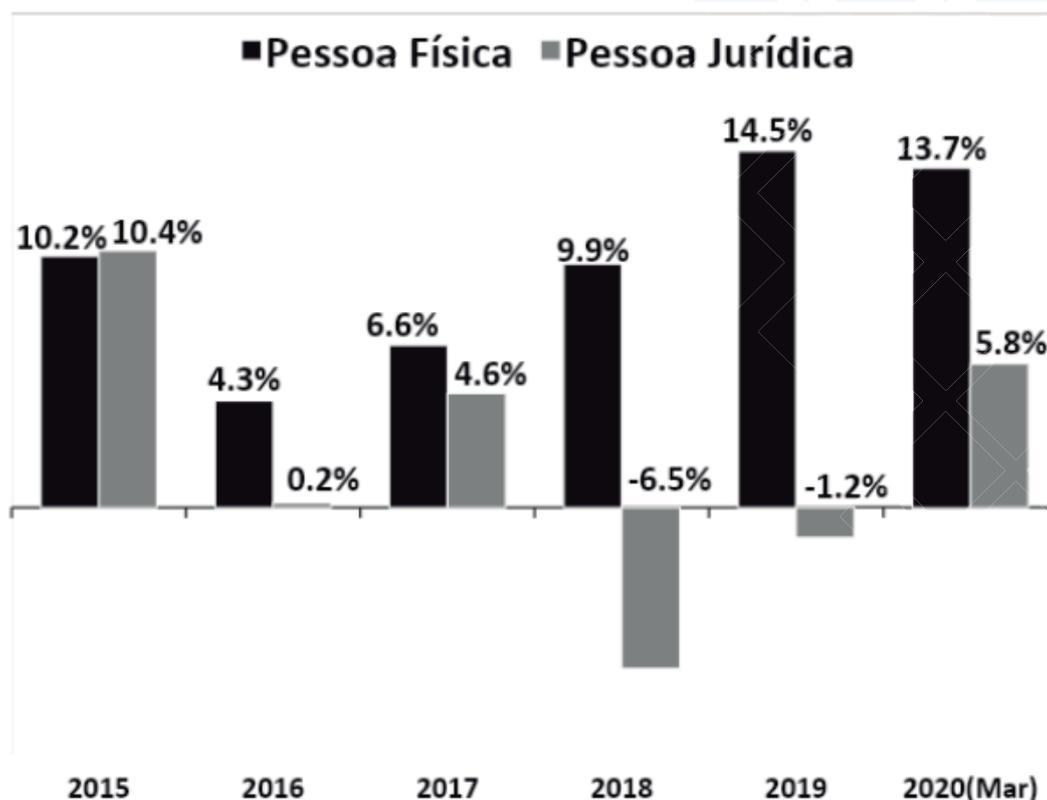
O comportamento do crédito, a partir das estratégias de enfrentamento ao Coronavírus, apresenta trajetória ascendente, de maneira que no acumulado dos últimos 12 meses, terminado em março, o crescimento do saldo de crédito foi de 10,4%. Na variação mensal, de fevereiro para março, o crescimento foi de 0,86%, resultado de aumento do saldo de crédito no montante superior a R\$ 600,0 milhões de reais.

Gráfico 1 – Saldo de Crédito Total – Ceará – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2015 a 2020 (Março)



Entre os tomadores de crédito, as pessoas físicas, que demandam crédito essencialmente para consumo e ajustes no orçamento familiar, apresentaram crescimento de 13,7% nos últimos 12 meses, enquanto que as pessoas jurídicas, onde direcionam recursos para produção e capital de giro, subiu 5,8%.

Gráfico 2 – Saldo de Crédito - Pessoa Física e Pessoa Jurídica – Ceará – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2015 a 2020 (Março)



Fonte: Banco Central (2020)

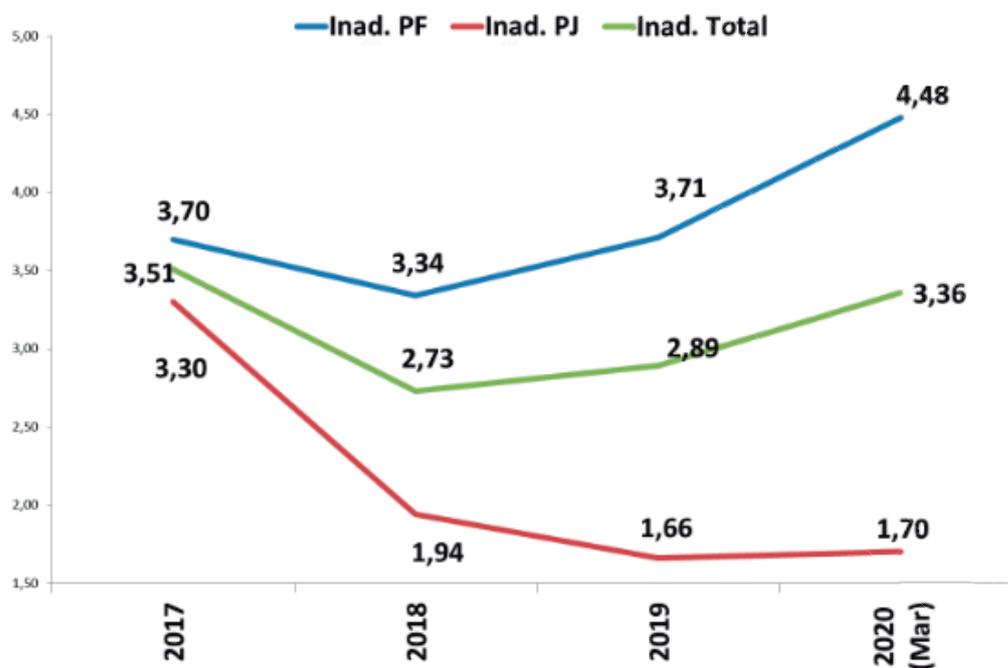
Espera-se que nos próximos meses, em razão da continuidade das estratégias de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo Coronavírus na economia, fundamentadas em política expansionista de crédito, por meio de novas linhas de crédito e renegociação/reescalamento de contratos, o volume de crédito deverá apresentar avanço no volume de recursos financeiros disponibilizados pelas Instituições Financeiras.

De forma retrospectiva, em 2008, de forma a atuar no sentido contrário à crise do *subprime*, o mercado de crédito cearense atingiu crescimento nominal superior a 40% ao ano. Contudo, este nível de crescimento não deverá ser alcançado, em razão do patamar de endividamento das empresas e consumidores, além da nova dinâmica econômica.

Em outra dimensão, a inadimplência do Sistema Financeiro Cearense, caracterizada pelas operações de crédito com atraso superior a 90 dias, registrou 3,36% no mês de março, em grande medida, em decorrência dos créditos inadimplidos das pessoas físicas, que atingiu 4,48%, em detrimento das pessoas

jurídicas que anotou 1,70% em março. Em termos monetários, em valores estimados, a inadimplência das pessoas físicas rompeu a marca de R\$ 2,0 bilhões de reais, maior valor da série histórica, iniciada em janeiro de 2004.

Gráfico 3 – Inadimplência – Ceará - Pessoa Física, Jurídica e Total – % – Dezembro de 2017, 2018, 2019 e Março de 2020



Fonte: Banco Central (2020)

Neste cenário econômico adverso, sobretudo por afetar negativamente o orçamento das pessoas físicas e o fluxo de caixa das empresas, o crédito, como elemento neutralizador, ou pelo menos mitigador desses impactos econômicos negativos, deverá continuar apresentando elevação do volume, mas por outro lado, infelizmente, a inadimplência deve apresentar trajetória de alta, especialmente das pessoas físicas.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN. Estatísticas. Séries Temporais (SGS). Economia Regional. Nordeste. Ceará. Crédito. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 29 Abril. 2020.